



**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MARANHÃO**

CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA

CERTIDÃO Nº 0072/2020

CERTIFICAMOS para todos os fins de direito, que a empresa **NACIONAL SOLUCOES E SERVICOS EIRELI**, CNPJ nº 19.152.814/0001-70, com endereço RUA 01, Nº 24 - QUADRA 4 - Recanto dos Nobres - São Luís - MA - CEP: 65071785 está devidamente registrada neste Conselho Regional sob o nº 1043-PJ de 15/01/2016, tendo como Responsável(is) Técnico(s):

Nome	Registro	CPF/CNPJ
EDUARDO HENRIQUE BARBOSA REIS	6084	031.355.823-02

CERTIFICAMOS ainda que a referida empresa se encontra em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade, até 31/12/2020, estando apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administrador. O referido É VERDADE E DOU FÉ.

Esta certidão é válida até 31/12/2020.

São Luís, 17 de fevereiro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site e número de controle abaixo:

<http://cra-ma.implanta.net.br/servicosOnline/Publico/ValidarDocumentos/afae7076-e5d3-410c-972c-5b30098a9efb>



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí

Setor de Recursos Logísticos

Fiscalização de Contratos

Praça Marechal Deodoro, S/N, 8º andar - Bairro Centro

CEP 64000-160 - Teresina/PI

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Em atendimento à solicitação da empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº: 19.152.814/0001-70, com sede à Rua Duque de Caxias, Quadra 4, nº 24, Bairro Recanto dos Nobres, São Luís - MA, com representação à Rua David Caldas, nº 2.529, Bairro Vermelha, Teresina-PI, ATESTO que a referida tem firmado conosco o Contrato nº 02/2017, cujo objeto é a prestação de serviços terceirizados de natureza continuada (atividades auxiliares) de Recepcionista de Nível Médio para atendimento das necessidades das unidades do Ministério da Fazenda e também das representações da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) no Estado do Piauí, executados em Teresina, no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, localizado à Praça Marechal Deodoro, s/nº - Centro, e em Parnaíba, à Rua Almirante Gervásio Sampaio, nº 685, conforme o quadro abaixo.

Unidade atendida	Nº de Postos
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda	2
Procuradoria da Fazenda Nacional	4
Controladoria-Geral da União	3
Secretaria do Patrimônio da União (Parnaíba)	2
TOTAL	11

O referido contrato tem o valor anual de R\$ 345.932,28 (trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos), com vigência inicial a partir de 5 de junho de 2017, tendo sido prorrogado uma vez, encontrando-se vigente até 4 de junho de 2019.

Tendo em vista não constarem, até a presente data, registros de fatos que desabonem a conduta e responsabilidade da empresa com as obrigações assumidas, consideramos que tais serviços vêm sendo prestados de maneira plenamente satisfatória.

Marco Antonio Osório da Costa
Superintendente



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Osório da Costa**,
Superintendente de Administração, em 08/11/2018, às 17:04, conforme horário oficial de
Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **1378732** e o código CRC **F157BE10**.

Referência: ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº
10384.000200/2017-13.

SEI nº
1378732



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF NO PIAUÍ
SETOR DE RECURSOS LOGÍSTICOS
Praça Marechal Deodoro – Ed. Sede do Ministério da Fazenda – 8º andar - Teresina/PI – CEP 64.000-160
Telefone: (86) 3215-8003 Fax: (86) 3215-8174 – e-mail: grl.pi.samf@fazenda.gov.br

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº. 02/2017, QUE ENTRE SI FIRMAM A UNIÃO E A EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (ATIVIDADES AUXILIARES) DE RECEPCIONISTA NÍVEL MÉDIO, MENSAGEIRO E ASCENSORISTA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PIAUÍ, DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO PIAUÍ, DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, ÓRGÃOS ESTES LOCALIZADOS NO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM TERESINA/PI E NA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PIAUÍ EM PARNÁIBA/PI

Aos 05 dias do mês de junho do ano de 2017, na Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí – SAMF/PI, instalada no 8º andar do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Piauí, situada à Praça Marechal Deodoro da Fonseca, S/N - Centro, Sala 802, na Cidade de Teresina, compareceram, de um lado, a União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PIAUÍ, CNPJ: 00.394.460./0019-70, neste ato representada pelo Sr. JOAQUIM FRANCISCO E SILVA, Responsável pelas Atividades de Recursos Logísticos da SAMF/PI, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 21, de 18/04/2012, publicada no Boletim Interno deste Ministério da Fazenda no Piauí, em 20/04/2012, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ nº 19.152.814/0001-70, estabelecida na Cidade de São Luís/MA, na Avenida Daniel de La Touche, cond. Via La Touche Center, sala 212, Bairro Cahajap, que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato, representada pela a Senhor Lívio Ferreira Feitosa, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 2.055.764, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, CPF nº 892.673.893-00, e, daqui por diante, denominada, simplesmente, **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato para a prestação de serviços terceirizados de natureza continuada de apoio administrativo (Recepcionista Nível Médio, Mensageiro e Ascensorista), a serem executados em Teresina/PI no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, localizado na Praça Mal. Deodoro, SN – Centro; e em Parnaíba/PI: na Superintendência do Patrimônio da União, localizada na Rua Almirante Gervásio Sampaio, nº 685, por força do presente instrumento elaborado de acordo com Minuta examinada pela Procuradoria da Fazenda Nacional no Piauí, ex vi do disposto no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, com base no constante do processo administrativo nº 10384.000200/2017-13, Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2017, na IN nº. 02/2008-SLTI/MPOG, nas disposições da Lei nº 8.666/93 e mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação, sob a forma de execução indireta, de Pessoa Jurídica especializada para prestação dos serviços terceirizados de natureza continuada de serviços terceirizados (atividades auxiliares) de

[Assinaturas manuscritas]

Recepcionista Nível Médio, Mensageiro e *Ascensorista* para atender às necessidades da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/PI, a serem executados em Teresina: no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda, localizado na Praça Mal. Deodoro, SN – Centro; e em Parnaíba/PI: na Superintendência do Patrimônio da União, localizada na Rua Almirante Gervásio Sampaio, nº 685.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A execução dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariarem:

I - Edital de Pregão Eletrônico /SAMF/PI nº 05/2017, de 17 de abril de 2017;

II - normas, instruções e regulamentos baixados pelo Ministério da Fazenda;

III - proposta e documentos que a acompanham, firmados pela Contratada em 09 de maio de 2017, e apresentados à Contratante, contendo o preço e demais especificações inerentes aos serviços, todos assinados ou rubricados pela Contratada;

IV – Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA LICITAÇÃO

Os serviços ora contratados foram objeto de Licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.540, de 31 de maio de 2005, cujo Edital está anexado às fls. 207 / 297 do Processo nº 10384.000200/2017-13 e foi afixado com antecedência de 08 (oito) dias úteis no Quadro de Editais e Avisos da Contratante, e também comunicado às entidades de classe e demais interessados, em aviso publicado na página 48, Seção 3, do "Diário Oficial" de 17 de abril de 2017 e no Site Comprasnet.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

I- O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 05/06/2017 a 04/06/2018.

II- O Contrato poderá ser prorrogado a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente, conforme artigo 30-A da IN nº 02/08:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) A CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço;

c) O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato.

II- Indicar as áreas onde os serviços serão executados.



III- Disponibilizar à CONTRATADA, local adequado para instalação e permanência dos funcionários, com infraestrutura básica para administração, atendimento e vestiário, com a devida identificação do local.

IV- Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como, os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação.

V- Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

VI- Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e na IN nº 02/08, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

VII- Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações.

VIII- Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, para a prestação do serviço.

IX- Solicitar o afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou Preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que dificulte a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas. O afastamento deve ser feito no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação.

X- Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras.

XI- Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos Prepostos ou Responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

d) considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

XII- Impedir que terceiros executem o serviço objeto do Termo de Contrato.

XIII- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus Prepostos.

XIV- Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no curso da prestação do serviço, determinando o que for necessário à sua regularização.

XV- Exigir, mensalmente, todos os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, benefícios, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, conforme o Termo de Referência.



XXVIII Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

XXIX- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham vitimar os seus empregados em serviço, cumprindo todas as obrigações que as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurarem e demais exigências para o exercício das atividades.

XXX- Manter em seu quadro pessoal suficiente para garantir a continuidade da execução dos serviços contratados, inclusive nas situações de férias, licenças, faltas ao serviço, demissão e outros afastamentos, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior.

XXX.1 Remunerar o profissional substituto com o salário devido do profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes previstos contratualmente.

XXXI- Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão de obra, entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

XXXII- Efetuar a fiscalização diária da frequência de ponto dos empregados, a fim de comprovar o pleno atendimento da escala de serviço, controlando com rigor seus empregados, repondo qualquer ausência por outro profissional de igual nível.

XXXIII- Realizar treinamento periódico dos profissionais incumbidos da execução das tarefas.

XXXIV- Selecionar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, em especial no tocante à formação, capacitação e escolaridades exigidas na legislação específica, tendo nas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

XXXV- Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

XXXVI- Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados, de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

XXXVII- O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, constituem falta grave e poderão dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

XXXVIII- Fornecer aos seus funcionários no último dia útil do mês trabalhado, os benefícios de: vale-transporte e vale-alimentação, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.

XXXVIII.1 Os benefícios deverão ser fornecidos em sua totalidade e proporcionalmente aos dias trabalhados.

XXXIX- Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal da sua residência até as dependências do Ministério, e vice-versa, por meios próprios em caso de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário.

XL- Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças ou demissão, de forma a evitar a interrupção dos serviços, o empregado, posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.



XL.1 Não será permitido a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

XLI Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais dos empregados.

XLII- Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências havidas.

XLII.1 Utilizar folhas de ponto dos empregados, por ponto eletrônico ou por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338/TST.

XLIII- Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerente, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

a) viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

b) viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

c) oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente, por meio eletrônico, quando disponível.

XLIV- Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato, declarações emitidas pelos empregados de que eles possuem o Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal.

XLV- Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato, declarações emitidas pelos empregados de que eles possuem o acesso, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

XLVI- Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer dispensa/substituição de funcionários.

XLVII Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

XLVII.1 Solicitar, no ato da contratação de seus empregados, declaração nos moldes do Decreto nº 7.203/2010 e do modelo constante no Anexo X do Edital.

XLVIII- Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos seus empregados utilizados nos serviços contratados, via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE, bem como recolher no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, demonstrando as comprovações respectivas.

XLVIII.1 O período acima será o mesmo para as coberturas de funcionários.

XLVIII.2 O primeiro pagamento dos salários citados poderá ser proporcional ao período efetivamente trabalhado.



XLVIII.3 O pagamento mensal dos empregados, deverá ser efetuado em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

XLIX- Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados aos pagamentos das faturas pela CONTRATANTE.

L- A CONTRATADA deverá autorizar a CONTRATANTE, no momento da assinatura do Contrato, a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na alínea "k" do inciso XIX do artigo 19 da IN nº 02/2008.

LI- A CONTRATADA deverá autorizar a CONTRATANTE, no momento da assinatura do Contrato, a realizar o desconto nas faturas e o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, conforme modelo Anexo VII do Edital.

LI.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria CONTRATANTE (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:

I- Os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão, sempre que possível, pautar-se em critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a seguir:

a) observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

II- Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se, sempre, no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos.

II.1 A CONTRATADA deverá realizar, sem ônus para a contratante, treinamento periódico de seus empregados sobre práticas de sustentabilidade no desempenho de suas atribuições, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e sobre a separação adequada de resíduos recicláveis;

III- A CONTRATADA deverá autorizar a participação de seus empregados em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE;

IV- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão executados pela CONTRATADA conforme descrito abaixo:

- SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO PIAUÍ
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO PIAUÍ
- CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

Endereço: Edifício Sede do Ministério da Fazenda - Praça Marechal Deodoro S/Nº - Teresina/PI



- SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PIAUÍ

Endereço: Rua Almirante Gervásio Sampaio nº 685, Centro – Parnaíba/PI.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

I- Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no Acordo de Nível de Serviço - ANS, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos na Metodologia de Trabalho e Definição da Rotina de Execução e demais exigências contidas no Termo de Referência.

II- A CONTRATANTE deduzirá das faturas mensais o valor proporcional aos dias não trabalhados pelos funcionários da CONTRATADA, calculado sobre o valor total do respectivo posto de trabalho, caso a empresa não promova a substituição imediata ou nos casos de descumprimento de horário por parte dos funcionários.

III- O primeiro faturamento, para fins de ajuste, deverá corresponder aos dias do mês de assinatura do Contrato e os seguintes deverão ser faturados considerando o mês integral.

IV- A nota fiscal/fatura deverá ser entregue na Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí, no endereço Praça Marechal Deodoro S/N – Ed. Sede Ministério da Fazenda – 8º andar - CEP 64.000.160 - Teresina/PI, Recursos Logísticos, para fins de liquidação e pagamento.

V- A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura dos serviços, emitidas no mês subsequente ao da prestação dos serviços.

VI- O Recurso Logístico após o recebimento da nota fiscal/fatura e a documentação conforme a legislação vigente encaminha ao Fiscal do Contrato para o ateste dos serviços.

VII- A CONTRATADA deverá discriminar no corpo da nota fiscal/fatura o endereço, o CNPJ, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto e número do Contrato, valores, glosas, em moeda corrente nacional e retenções tributárias, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação conforme legislação vigente.

VIII- A CONTRATADA deverá entregar, para pagamento, juntamente com a nota fiscal/fatura, os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral e Contribuintes (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;

f) Declaração de optante do Simples (declaração IN RFB nº 1234/2012), **caso seja optante deste regime de tributação;**



g) planilha mensal de faturamento, contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados e não trabalhados, férias, licenças, faltas, coberturas, salário, vale transporte e alimentação, glosas, valor mensal do posto, valor faturado, entre outros;

h) planilha mensal com o demonstrativo para a retenção na conta vinculada, discriminando o nome dos funcionários, data de admissão, salários e as quantias correspondentes para o provisionamento.

VIII.1 Os documentos mencionados nas alíneas "a" a "d" do subitem VIII, da cláusula sétima, poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

IX- O atesto dos serviços efetivamente prestados deverá ser efetuado pela fiscalização do Contrato em até 3 (três) dias úteis após a apresentação de todos os documentos de cobrança previstos, e ainda, a verificação da regularidade fiscal do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público - CADIN.

X- O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela fiscalização do Contrato, não deverá ser superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

XI- No caso de incorreção, inconsistências ou dúvidas nos documentos apresentados, e ainda se a nota fiscal/fatura apresentar erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA.

XII- Na hipótese prevista no subitem XI, desta cláusula, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

XIII- A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí não responderá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes em decorrência do subitem XI, desta cláusula.

XIV- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária.

XV- Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do Contrato.

XV.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

b) Contribuição Previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991;

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.



XVI- O atraso no pagamento da nota fiscal/fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos funcionários nas datas regulamentares.

XVII- Constatada irregularidade da empresa junto ao SICAF e/ou relacionada à CNDT, o pagamento será realizado em Juízo, conforme Parecer PGFN/CJU/COJLC/Nº1.444/2012, sem prejuízo das penalidades cabíveis à contratada;

XVIII- À Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da liquidação, os serviços realizados estiverem em desacordo com os termos contratuais;

XIX- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1 Pela execução do CONTRATO a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 46.665,41 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos), perfazendo o valor total global estimado, de R\$ 559.984,92 (quinhentos e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA NONA - DA REPACTUAÇÃO:

9.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

9.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

9.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

9.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;



Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

9.13 Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

9.13.1 os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

9.13.2 as particularidades do contrato em vigência;

9.13.3 a nova planilha com variação dos custos apresentados;

9.13.4 indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

9.13.5 índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

9.13.6 A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

9.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

9.14.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

9.14.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

9.14.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

9.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

9.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

9.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

9.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação dos serviços **objeto deste Termo de contrato** correrá à conta da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2017: **PTRES: 089280- FONTE: 0100000000 - ND: 33903979 - PLANO INTERNO: SPOATER2000 - UGR: 170032.**



serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

b.1) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b.2) prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

b.3) multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e

b.4) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

c) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b";

d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da CONTRATANTE;

e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

f) A não apresentação da garantia no prazo determinado, autoriza a CONTRATANTE a tornar sem efeito a homologação da licitação;

g) o garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

h) a garantia será considerada extinta:

h.1) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

h.2) após o término da vigência do Contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

i) a CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

i.1) caso fortuito ou força maior;

i.2) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

i.3) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos praticados pela CONTRATANTE; ou

i.4) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da CONTRATANTE;



j) não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na alínea "i";

k) deverá haver previsão expressa no Contrato e suas respectivas repactuações de que a garantia prevista no inciso XIX do artigo 19 da IN nº 02/2008, somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no artigo 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa.

l) A Contratada prestou garantia em favor da Contratante, por meio de Seguro Garantia, garantido pela seguradora Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, assim especificado: Processo SUSEP nº 15414.902181/2013-49, Apólice nº 0775.09.468-4, Controle nº 65615836, valor do limite máximo de garantia R\$ 27.999,24 (vinte e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 O licitante vencedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, não cumprir as obrigações contratuais, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, incorrerá nas seguintes penas, isolada ou cumulativamente:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado anual do contrato/proposta;

III - Suspensão pelo prazo de 02(dois) anos, do direito de licitar e contratar com a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí;

IV - Descredenciamento do SICAF;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Piauí, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

13.2.1 não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

13.2.2 deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

13.3 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação.

13.4 Se o valor da multa não for pago, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela contratante, podendo, ainda, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.



13.5 No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nas formas previstas no art. 79, da mesma lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos da Administração na execução deste Contrato, cabem recursos pela Contratada na forma prevista no artigo 109, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

O presente Contrato somente terá validade depois de aprovado pelo Superintendente de Administração do MF no Piauí, de conformidade com o disposto no artigo 33, inciso I, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e eficácia depois de publicado por extrato no "Diário Oficial da União", de conformidade com o disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA PUBLICAÇÃO

Incumbir-se-á a Contratante de providenciar a publicação do extrato do contrato e seus eventuais Termos de Aditivos no Diário Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, contados daquela data, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Caso se constate irregularidades junto ao SICAF e/ou relacionada à CNDT poderá ser concedido um prazo para que a contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

17.2 Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé ou incapacidade de corrigir a situação, a administração utilizando-se das ferramentas contratuais cabíveis realizará, até o momento da regularização:

- a) o desconto da fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores;
- b) retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao FGTS e contribuições previdenciárias nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da contratada, observada a legislação específica.

17.3 Supletivamente, caso não adotadas as ações acima consignadas, constatada situação de irregularidade da empresa prestadora em face das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, o pagamento deverá ser consignado perante a Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS, quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração.

17.4 Caso configurada alguma das situações previstas nos incisos I a XII e XVII, todos do art. 78 do Estatuto de Licitações e Contratos, que motive o rompimento da avença, a Administração deverá providenciar a imediata rescisão do Contrato com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, sem prejuízo das sanções cabíveis.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FÓRUM

18.1 Para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, é competente o foro da Justiça Federal, da Seção Judiciária do Piauí.

18.2 E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, arquivado em pasta própria da Superintendência de Administração do MF no Piauí, de acordo com o artigo 60, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.




JOAQUIM FRANCISCO E SILVA
P/CONTRATANTE




LÍVIO FERREIRA FEITOSA
P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



ERNANDE VALDIVINO DE OLIVEIRA
CPF: 105.582.843-53



ALAN WOLNER DA SILVA LEANDRO
CPF: 035.092.103-28

São Luís, 22 de Julho 2019.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, de comprovação de capacidade técnica que a empresa **Nacional Soluções e Serviços EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.152.814/0001-70, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº 24, Quadra 04, Recanto dos Nobres, São Luís – MA, executou para **BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, inscrito no CNPJ sob o Nº 60.860.087/0179-21, sito a Avenida dos Africanos nº100 A, Bairro: Coroadinho, CEP: 65.044-295, através do Contrato nº 030/2016, no período de **21/07/2016** há **21/07/2019**, **SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**, para atuação nas áreas internas totalizando 3.300m² no prédio da **BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**.

Ressaltamos ainda, que até a **presente data** não haver registro de qualquer fato que desabone a conduta da empresa ou dos seus colaboradores em relação à prestação dos serviços contratados.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado,

CNPJ: 60.860.087/0179-21
BRINKS SEG. E TRASNP DE VALORES LTDA
Av dos Africanos 100 A
Coroadinho
CEP: 65.044-295
São Luís

MA

Julio Cesar Matos
Julio Cesar Matos
SUPERVISOR DE FILIAL
BRINKS - CLZ

BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

CONTRATO Nº 030/2016 - NAC PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, QUE, ENTRE SI CELEBRAM, BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. E DE OUTRO LADO, NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

A **BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, inscrito no CNPJ sob o Nº 60.860.087/0179-21, sito a Avenida dos Africanos nº100 A, Bairro: Coroadinho, CEP: 65.044-295, São Luis - MA, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 19.152.814/0001-70, com sede na Avenida Daniel de La Touche, S/N, Cond. Via La Touche Center, Sala 212, Bairro Cohajap, CEP: 65072-455, São Luis - MA, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem entre si celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços Limpeza e Conservação, em consonância com as normas legais que regem a espécie, às quais as partes se obrigam, cujas condições são estabelecidas nas cláusulas a seguir declinadas:

DO OBJETO:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a prestação de **SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**, para atuação nas áreas internas do CONTRATANTE, compreendendo:

LOCALIDADE	DESCRIÇÃO DO POSTO	Nº DE POSTOS	PREÇO MENSAL DO POSTO
Prédio da BRINK'S	1 (um) Servente, com materiais e equipamentos	01	R\$ 3.034,30

1.1 - A área de cobertura dos serviços compreenderá todo o terreno sede da CONTRATANTE;

1.2 - Os acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato obedecerão ao que for pactuado entre as partes, devendo qualquer pretensa alteração ser formalizada por escrito e aditada ao Contrato original;



1.3 - A responsabilidade pelo fornecimento mensal do material de limpeza é de responsabilidade da CONTRATADA.

DO PREÇO:

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - Pelos serviços executados;

2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de **R\$ 3.034,30 (Três mil, trinta e quatro reais e trinta centavos)**, estando nele incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita execução e demais condições constantes das planilhas de formação de custos integrantes do presente contrato, o pagamento será efetuado através de depósito bancário, Banco do Brasil, Agência 5789-4, Conta Corrente 1406-0, devendo ser pago até a data do vencimento sob pena de acréscimo de juros e correções monetárias.

Parágrafo Único - Havendo a necessidade por parte da CONTRATANTE, em caráter excepcional, de acréscimo de contingente, a solicitação deverá ser formalizada por escrito/via email e, a quantidade acrescida será cobrada à parte, mediante apresentação de Nota Fiscal.



DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO:

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - Os preços do presente contrato serão reajustados, nas seguintes hipóteses:

3.1 - Em decorrência de alteração no piso salarial da categoria profissional constante na presente proposta (Data base de janeiro), tendo como comprovação a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria;

3.2 - Conforme especificado no item anterior o contrato terá como data-base para reajuste o mês de janeiro, porém, caso o valor do reajuste seja fixado em outro mês posterior ao mês de janeiro com efeito retroativo sobre os salários, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a diferença dos valores retroativos ao mês de data-base.

DO PAGAMENTO:

4 - CLÁUSULA QUARTA - A forma de pagamento dos serviços fica assim consubstanciada;

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA mensalmente em moeda nacional, através de Depósito Bancário, ou à vista diretamente à CONTRATADA, o valor consignado na Cláusula Segunda, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao que foram efetuados os serviços.

4.2 - Se o pagamento não for efetuado no prazo fixado, o valor será atualizado financeiramente com multa de 2,00% e juros 0,3% ao dia.

VIGÊNCIA:

5 - CLÁUSULA QUINTA - Este contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura pelas partes e pelas testemunhas que o subscrevem, ocasião em que será considerada iniciada a prestação dos serviços ora contratados, sendo prorrogado automaticamente pelo mesmo período, caso não haja manifestação por escrito, por qualquer das partes.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6 - CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA;

6.1 - Todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações que lhe são atribuídas através deste instrumento contratual, e ainda;

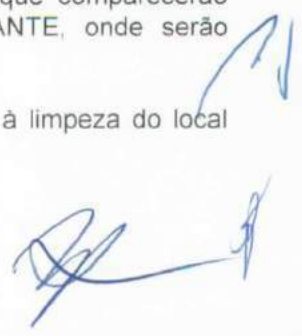
6.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, sem que isso importe em diminuição ou desobrigações das responsabilidades legais e contratuais ora assumidas pela Contratada, que em razão deste contrato, a ela compete;

6.3 - Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, conforme previsto na cláusula segunda;

6.4 - Notificar à CONTRATADA de toda e qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;

6.5 - Assegurar livre acesso aos empregados da CONTRATADA, que comparecerão devidamente credenciados e identificados nas dependências do CONTRATANTE, onde serão prestados os serviços;

6.6 - Acatar as observações técnicas da CONTRATADA no tocante à limpeza do local contratado, cujas observações serão escritas e enviadas à CONTRATANTE;



6.7 – Abster de solicitar ou requerer que o funcionário desempenhe outras funções, ainda que por curto espaço de tempo, na parte interna ou externa do local contratado;

6.8 – A **CONTRATANTE** deverá fornecer a **CONTRATADA** por escrito, as observações que achar pertinentes pela **CONTRATADA**, e que possam possibilitar uma melhor atuação desta no cumprimento dos serviços pactuados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - São obrigações da CONTRATADA:

7.1 - Prestar serviços, utilizando equipamentos adequados ao pleno desempenho dessas tarefas, visando preventivamente preservar o patrimônio da Contratante;

7.3 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas e sindicais decorrente do pessoal que empregar, bem como, tributos de quaisquer espécies e demais despesas que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, objeto deste Contrato; pelo transporte do pessoal utilizado em serviço, bem como da alimentação e outros benefícios previstos na legislação e também, pelo recrutamento, contratação, direção e remuneração de todo pessoal envolvido na execução do Contrato devendo cumprir as exigências da legislação trabalhista, previdenciária, assistência e de acidente de trabalho, na qualidade de empregador com isenção de qualquer responsabilidade do **CONTRATANTE**;

7.4 – A **CONTRATADA** se compromete a realizar o pagamento dos funcionários alocados neste posto de serviço, em até 72h após o recebimento do depósito realizado pela **CONTRATANTE**.

7.5 - Responder pelas despesas de equipamentos, materiais, salários e vantagens e ainda as decorrentes de acidentes de que venham a serem vítimas seus empregados, quando em serviço, por seguro já contratado pela **CONTRATADA**;

7.6 - Recomendar ao pessoal, quando em atividade, de se abster de execução de quaisquer atividades alheias ao desempenho da missão que lhe for confiada;

7.7 - Realizar reciclagem e treinamentos profissionais, com vistas a proporcionar aos funcionários, adequado condicionamento físico, e atualização das técnicas e de outros treinamentos específicos;

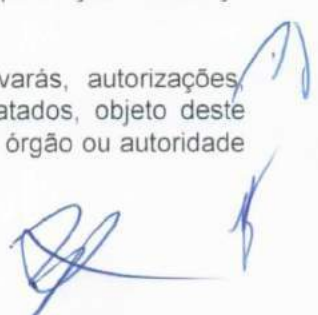
7.8 - Não transferir, a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, os serviços objeto do presente contrato;

7.9 – Assumir integral responsabilidade pelos serviços que executar, bem como disponibilizar pessoal qualificado para a execução dos serviços, ora contratados;

7.10 - Responsabiliza-se a **CONTRATADA** pela substituição eventual ou definitiva de seus empregados ausentes do serviço por qualquer motivo, bem como, por danos ou prejuízos causados ao patrimônio da **CONTRATANTE**, quando ocorridos por negligência ou dolo dos funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente comprovado.

7.11 - A **CONTRATADA** apresentará, mensalmente, documento que comprove o pagamento de todos os débitos trabalhistas que por lei a **CONTRATADA** tenha obrigação de recolher no período do contrato, tais como e exemplificadamente FGTS, Previdenciária, sob pena de não o fazendo, a **CONTRATANTE** está autorizada a reter os pagamentos devidos pela prestação do serviço estipulados neste contrato.

7.12 - A **CONTRATADA** garante possuir todas as certidões, alvarás, autorizações, licenças e permissões, necessários para a prestação dos serviços ora contratados, objeto deste contrato. Seja perante a uma Entidade de Classe, profissional ou qualquer outro órgão ou autoridade competente, seja na esfera municipal, estadual ou federal.



DA EXECUÇÃO:

8 - CLÁUSULA OITAVA - Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes;

8.1 - De conformidade com as cláusulas e condições pactuadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2 - Caberá ao representante ou preposto da CONTRATADA, a fiscalização da prestação dos serviços ora contratados, competindo-lhe, inclusive, dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no curso da execução desses serviços, bem como o poder de decisão e as soluções a serem adotadas em relação aos problemas que porventura aconteçam;

8.3 - A CONTRATANTE informará com a maior brevidade possível eventuais faltas cometidas e demais atitudes praticadas pelos funcionários da CONTRATADA para que esta adote as medidas necessárias, como orientações, determinações e punições.

DA RESCISÃO CONTRATUAL:

9 - CLÁUSULA NONA - Por inexecução total ou parcial ;

9.1 - Ainda que não haja qualquer inexecução, o presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes, ressalvando-se, no entanto, a necessidade de prévio aviso para a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus para ambas as partes;

9.2 - O não pagamento dos valores previstos na Cláusula Segunda, ou seu atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias, permitirá à CONTRATADA rescindir o presente contrato, retirar o zelador do local contratado, bem como fazer a devida cobrança judicial do débito pendente, acrescidos de juros, correções monetárias, honorários advocatícios e perdas e danos.

DO SIGILO PROFISSIONAL:

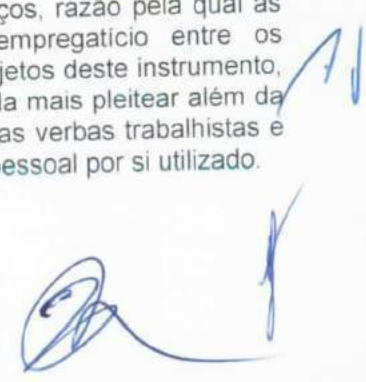
10 - CLÁUSULA DÉCIMA.

10.1 - As partes obrigam-se, por si, por seus sócios, administradores, funcionários, prepostos, contratados ou subcontratados, a manter durante a vigência deste contrato e após o seu término, o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, seja qual for sua natureza referente às atividades, produtos, equipamentos, local, estrutura ou qualquer informação da outra parte, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se, em caso de descumprimento da obrigação assumida, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às aplicações legais. A obrigação nesta cláusula prevista perdurará pelo prazo de 5 (cinco) anos após o término desse contrato.

ESPECIFICAÇÃO CONTRATUAL:

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

11.1 - O presente contrato pauta-se em pura prestação de serviços, razão pela qual as partes contratantes reconhecem a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre os empregados utilizados pela CONTRATADA para a execução dos serviços objetos deste instrumento, razão pela qual esta última compromete-se perante o CONTRATANTE a nada mais pleitear além da remuneração prevista na cláusula segunda, bem como a isentá-lo de todas as verbas trabalhistas e incidências correlatas, inclusive as fundiárias e previdenciárias, inerentes ao pessoal por si utilizado.



11.2 – A CONTRATADA responderá total e isoladamente por eventuais ações trabalhistas propostas por seus funcionários ou terceiros por esta contratados, assim como quaisquer danos pessoais e/ou materiais que ocorrer com ou por seus funcionários e/ou terceiros sob sua responsabilidade, durante a execução dos serviços contratados.

INTEGRAÇÃO JURIDICA:

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.

12.1 – Passam a ser partes integrantes deste contrato independentemente de transcrição, a PROPOSTA e a PLANILHA DE CUSTOS, devidamente subscritos pelas partes.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

13.1 - Fica expressamente pactuado que, se por ventura a CONTRATANTE for autuada, notificada, intimada ou mesmo condenada, em razão do não cumprimento em época própria de qualquer obrigação originária deste CONTRATO atribuível à CONTRATADA, seja de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou de qualquer outra espécie, a CONTRATANTE poderá reter os pagamentos devidos à CONTRATADA por força deste CONTRATO ou de qualquer outro contrato firmado com a CONTRATADA, até que a CONTRATADA satisfaça a respectiva obrigação, liberando a CONTRATANTE de autuação, notificação, intimação ou condenação.

13.2 - Fica estipulada, de comum acordo, multa contratual de caráter não indenizatório no valor dos três últimos pagamentos para a parte que infringir qualquer disposição do presente instrumento, seja por culpa, dolo ou negligência, sem prejuízo das despesas judiciais e extrajudiciais eventualmente incorridos, além de perdas e danos devidamente comprovados, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

DO FORO:

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.


14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Luís, capital do Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato;

14.2 - E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente Instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam na presença das testemunhas abaixo, extraindo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.

São Luís (MA), 21 de julho de 2016.


Vitor Candido da S. Veneza
Brink's Seg. e Transporte Valores Ltda
CNPJ Nº: 60.860.087/0179-21
Contratante


Débora Coelho Miguel
Gerente de Compras
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda


Maria Luísa Garcia
NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ sob nº 19.152.814/0001-70
Contratada

TESTEMUNHAS:

01 Isidro Felfora
NOME:
CPF: 892.673.893-00

02 Mauricio Pinheiro de Sousa
NOME:
CPF: 844.042.643-72



TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2016 - NAC PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, QUE, ENTRE SI CELEBRAM, **BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.** E DE OUTRO LADO, **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.**

A **BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, inscrito no CNPJ sob o Nº 60.860.087/0179-21, sito a Avenida dos Africanos nº100 A, Bairro: Coroadinho, CEP: 65.044-295, São Luís - MA, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 19.152.814/0001-70, com sede na Rua 01, Quadro 04, Casa 24 Bairro Recanto dos Nobres, CEP: 65.071-785, São Luís - MA, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem entre si celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Limpeza e Conservação, em consonância com as normas legais que regem a espécie, às quais as partes se obrigam, cujas condições são estabelecidas nas cláusulas a seguir:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – Do prazo de execução e vigência;

Prorroga-se o prazo de execução do Contrato em epígrafe por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 20 de Julho de 2018.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – Da ratificação;

Ficam ratificadas as cláusulas do contrato ora aditado, desde que não conflitem com o que está expresso neste instrumento de alteração contratual.

E, por estarem assim justos e contratados, as partes firmam o presente Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Luís (MA), 04 de Julho de 2018.

DocuSigned by:

Vitor Candido da Silva Meneses

E2E1DA7EF20F49F...

DocuSigned by:

Adriana Patricia Ferreira de Noronha

6E6051A2C679490...

BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

CPF: 882.177.952-15 CNPJ Nº: 60.860.087/0179-21 CPF: 705.337.334-752

Contratante

DocuSigned by:

Linio Ferreira Freitas

ABD22151275545D...

NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ sob nº 19.152.814/0001-70

Contratada CPF: 892.673.893-00

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:

Mário Antônio Gouveia Miranda

01

632F60959E664CD...

NOME:

CPF: 601.799.133-79

DocuSigned by:

Elisabeth Domaradzki Menezes Manfrin

02

B8E054CD1819465...

NOME:

CPF: 217.054.998-64



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
Praça da Liberdade 1597 – Centro – Teresina – PI CEP. 64040-000
Fone: (86) 3131-9433/ 3131-9402
Site eletrônico: www.ifpi.edu.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de direito, que a Empresa Nacional Soluções e Serviços Eireli – EPP, Registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o Nº 19.152.814/0001-70, faz parte do nosso quadro de fornecedores, tendo conosco firmado o contrato de nº 09/2016, cujo o objeto é: contratação de jurídica para serviços de limpeza, conservação, higienização, organização e deslocamento de bens móveis e imóveis nas dependências do IFPI – CAMPUS CENTRAL, conforme especificações a seguir:

Áreas da prestação dos serviços:

M²

Prédio A

Tipo de Área	Área Total
Área Interna	5778,28
Área Externa	1715,64
Esquadria Externa	453,23
Fachada Envidraçada	379,65
Médico Hospitalar	97,02

Prédio B

Tipo de Área	Área Total
Área Interna	14532,25
Área Externa	1967,82
Esquadria Externa	1037,64
Fachada Envidraçada	987,93

Prédio C

Tipo de Área	Área Total
Área Interna	3316,56
Área Externa	1352,93
Esquadria Externa	220,45
Fachada Envidraçada	201,28

Informamos ainda que tais serviços vem sendo prestados desde a data de 30/11/2016 com o quantitativo de 39 (trinta e nove) serventes e 1 (hum) Encarregado de Serviços Gerais, e que até a presente data, não consta em nossos registros nada que desabone a conduta da referida Empresa.

Teresina, 05 de dezembro de 2019


Francisco Edimar Furtado Melo - SIAPE 51562

Chefe do Departamento de Administração e Planejamento
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ
DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS TERESINA CENTRAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TERMO DE CONTRATO 09/2016 QUE ENTRE
SI CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL DO
PIAUÍ - CAMPUS TERESINA CENTRAL E A
EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES E
SERVIÇOS LTDA - ME.

CONTRATANTE: O INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA CENTRAL, com sede na Rua Álvaro Mendes, 1597, Centro, Teresina/PI, inscrito no CNPJ sob o nº 10.806.496/0003-00, representado pelo seu Diretor-Geral, Ezequias Matos Esteves, de acordo com a Portaria de Nomeação do Ministério da Educação.

CONTRATADA: A empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.152.814/0001-70, estabelecida à Rua Daniel de La Touche, Condomínio Via La Touche, Sala 212, Cohajap, CEP 65.072-455, São Luís/MA nº representada pelo Senhor Lívio Ferreira Feitosa, portador da Cédula de Identidade 205.576-4 SSP/PI e CPF 892.673.893-00.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no processo **23055.002205/2016-65**, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. O presente contrato fundamenta-se:
 - 1.1 Decreto 3.722/01;
 - 1.2 Lei nº 10.520/02;
 - 1.3 Decreto nº 5.450/05;
 - 1.4 Lei complementar 123/06;
 - 1.5 Lei 8.666/93;
 - 1.6 Instrução Normativa nº 2/2008-SLTI/MPGOG – Artigo 19-A, Inciso I, e anexo VII, § 1º;
 - 1.7 Instrução Normativa nº 2/2010;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2. A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica, por um período de 12 (doze) meses, para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, organização e deslocamento de bens móveis e imóveis nas dependências do IFPI – Campus Teresina Central conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência, neste termo e demais anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3. O valor mensal deste contrato para o período de sua vigência é de **R\$ 130.333,33 (Cento e trinta mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**.

3.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

4. A despesa neste exercício com a execução dos serviços de que trata o objeto, corre à conta do elemento de despesa **33.90.37** do Programa de trabalho **12363208020RL0022**, PTRES **108883**, Fonte **112** e Nota de Empenho **2016NE800345**.

4.1 A despesa para o exercício subsequente, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao campus, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **30/11/2016** e encerramento em **29/11/2017**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta) meses**, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 5.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 5.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 5.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 5.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 5.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 5.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo, devendo obedecer o que dispõe o art. 57, da Lei 8.666/93, ressalvados os casos as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE



6. Cabe à CONTRATANTE:

- 6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- 6.2. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada;
- 6.3. Aplicar à Contratada as penalidades depois de constatadas as irregularidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- 6.4. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

- 7.1 Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- 7.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do CONTRATANTE;
- 7.3 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- 7.4 Comunicar à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 7.5 Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;
- 7.6 Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;
- 7.7 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- 7.8 Refazer os serviços que, a juízo do representante do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- 7.9 Selecionar e treinar adequadamente os empregados alocados à prestação dos serviços, observando a comprovação dos atestados de boa conduta e de idoneidade moral;
- 7.10 Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após notificação, qualquer deles considerado inconveniente pelo representante do CONTRATANTE;
- 7.11 Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;
- 7.12 Apresentar, sempre que solicitada pela Administração do CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais;
- 7.13 Permitir ao CONTRATANTE o acesso ao controle diário de frequência e às carteiras profissionais dos empregados alocados à execução do serviço contratado;



7.14 Sujeitar-se às demais obrigações descritas nas Especificações Técnicas constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 12/2016, inclusive os anexos do referido Edital**.

8. À **CONTRADA** cabe assumir a responsabilidade por:

8.1 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

8.2 Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

8.3 Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

8.4 Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

9. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

10. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

10.2 A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

10.3 A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada por representante do CONTRATANTE, devidamente designado, permitida a assistência de terceiros.

12. O fiscalizador do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

13. A atestação de conformidade do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

14. A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

15. A CONTRATADA Autoriza a Administração contratante, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o

objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

16. **Visando garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, a contratada autoriza o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões perante o FGTS e Seguridade Social, que serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto a instituição bancária oficial, conta esta que o CONTRATANTE terá autonomia para consulta de saldos, movimentações e provisionamento dos valores constantes na mesma, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008; , os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas §1º, do art. 19-A, da referida norma.**

17. **Eventual saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.**

18. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

19. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

21. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

22. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

24. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições

exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

25. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

26. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- i. não produziu os resultados acordados;
- ii. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- iii. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

28. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

31. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

33. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

35. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

36. A **CONTRATADA** deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e entregues ao setor responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, até o dia 20, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido na alínea "b", inciso I, artigo 30, da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.876/99, acompanhada das seguintes comprovações:

36.1 Pagamento salarial do mês da prestação dos serviços, acompanhado de cópia dos respectivos contracheques devidamente assinados pelos funcionários ou comprovante de depósito em suas contas-correntes;

36.2 Guia de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao mês anterior da prestação do serviço constante da fatura, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, exceto no último mês do contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços;

36.3 Regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;

36.4 Regularidade para com a Delegacia Regional do Trabalho através da Certidão Negativa de multas e débitos salariais e infração trabalhista;

36.5 Relação de admitidos e demitidos expedida pelo Ministério do Trabalho;

36.6 Regularidade para com o sindicato da categoria emitida pelos sindicatos dos empregados e empregadores representantes da atividade compatível com o objeto da licitação;

37. No caso de a nota fiscal/fatura ser emitida e entregue ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 36 desta Cláusula, é imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

38. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.

38.1 A atestação da fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao Chefe de Departamento de Administração e Planejamento da Unidade ou a outro servidor designado para esse fim;

38.2 No caso de as notas fiscais ou faturas serem emitidas e entregues no CONTRATANTE em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

39. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

39.1 Atestação de conformidade do serviço executado;

39.2 Apresentação da comprovação discriminada no item 1 desta Cláusula;

39.3 O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

39.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte



fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

Em que I = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

40. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

41. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- 41.1 Apresentar documentação falsa;
- 41.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 41.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 41.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 41.5 Fizer declaração falsa;
- 41.6 Cometer fraude fiscal.

42. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- 42.1 Advertência;
- 42.2 Multa;
- 42.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IFPI/PI, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

43. O não cumprimento das obrigações trabalhistas será considerado falta grave, podendo ensejar na aplicação de multa, conforme estabelecido no termo de referencia, juntamente com as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.



44. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

45. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

45.1 A rescisão deste contrato pode ser:

45.2 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

45.3 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

45.4 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

46. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

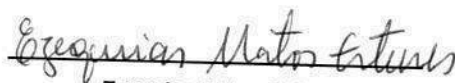
46.1 Os casos de rescisão contratual deve ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

47. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Piauí, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 109, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

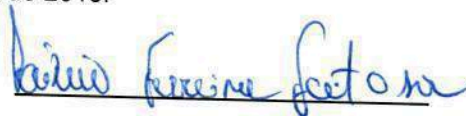
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em **03 (três)** vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Teresina, 30 de novembro de 2016.



Ezequias Matos Esteves

Diretor- Geral do Campus Teresina Central



CONTRATADA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ.
CAMPUS TERESINA CENTRAL**

**6º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 09/2016 QUE
ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ –
CAMPUS TERESINA CENTRAL E A
EMPRESA NACIONAL SOLUÇÕES
LTDA - ME.**

CONTRATANTE: O INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA CENTRAL, com sede na Praça da Liberdade, n. 1597, Centro Teresina- PI, CEP 64.000-040, inscrito no CNPJ sob o nº 10.806.496/0003-00, UASG nº 158353 representado pelo seu Diretor-Geral, Sr. Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco, de acordo com a Portaria de Nomeação do Ministério da Educação.

CONTRATADA: A empresa NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.152.814/0001-70, estabelecida à Rua Daniel de La Touche, Condomínio Via La Touche, Sala 212, Cohajap, CEP 65.072-455, São Luís/MA nº representada pelo Sr. Lívio Ferreira Feitosa, portador da Cédula de Identidade 205.576-4 SSP/PI e CPF 892.673.893-00.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação, instruído no processo **23055.001648/2017-11**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto deste Aditivo é a prorrogação contratual por mais **12 (doze)** meses, compreendendo o período de **30/11/2019 a 29/11/2020** fundamentada nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8666/93, na CLÁUSULA QUINTA do Contrato nº 09/2016, bem como repactuação de preços, fundamentada no Decreto nº 9.507/18, nos artigos 53 a 61 da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ.
CAMPUS TERESINA CENTRAL**

Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017, na CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato nº 06/2016 e na Convenção Coletiva de Trabalho 2019, nº PI000146/2019, cujos efeitos financeiros vigorarão a partir da data-base de 1º de janeiro de 2019, como também o reajuste dos insumos de **2,59%** com base no índice IPC-A e também a alteração da CLÁUSULA TERCEIRA, que passa a contemplar os valores estipulados a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS NOVOS VALORES

1. O valor deste Termo Aditivo é de **R\$ 1.579.599,11 (Hum milhão, quinhentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais e onze centavos).**
2. O valor da diferença retroativa da repactuação, referente ao período de 01/01/2019 a 31/10/2019, é de **R\$ 112.196,50 (cento e doze mil, cento e noventa e seis reais e cinquenta centavos).**
3. O valor mensal do Contrato passa a ser de **R\$ 121.348,58 (cento e vinte e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).**
4. O valor global do Contrato para o período prorrogado passa a ser de **R\$ 1.456.182,96 (hum milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 12363208020RL0022, PTRES 108883, Fonte 8100 e Natureza de Despesa 33.90.37.

CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA

A CONTRATADA deve apresentar atualização da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da via assinada deste instrumento, visando atender à prorrogação contratual.

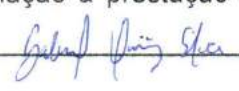


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob nº **19.152.814/00001-70**, com sede na Rua Duque de Caxias, Quadra 04, nº 24, Recanto dos Nobres, São Luís/MA. CEP: 65.074-245, executa, para o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO – SEBRAE/MA**, por meio do **Contrato nº 170/2017**, serviços de disponibilização de mão-de-obra para desempenho, no âmbito desta entidade, de funções de natureza administrativa (apoio administrativo) nos níveis de instrução médio e superior.


São disponibilizados **24** (vinte e quatro) profissionais de nível médio e **10** (dez) de nível superior, conforme quadro abaixo:

Descrição dos Serviços	Tipo de Profissional	Local	Quantidade Estimada prevista
Grupo 01	Auxiliar I-Nível Médio	Sede do SEBRAE/MA e Unidades Regionais conforme demanda *	24
Grupo 02	Auxiliar II- Nível Superior	Sede do SEBRAE/MA e Unidades Regionais conforme demanda *	10
Total			34

Os serviços vem sendo prestados desde o mês de Janeiro/2018 e, até o presente momento, deram-se de maneira satisfatória, inexistindo registros de fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas da referida instituição ou dos seus colaboradores em relação à prestação dos referidos serviços até a presente data. **Gabriel Diniz Silva** , Estagiário da Assessoria Jurídica do SEBRAE/MA.

São Luís/MA, 20 de Fevereiro de 2020.


ALBERTINO LEAL DE BARROS FILHO
Diretor Superintendente do SEBRAE/MA


RACHEL MIRANDA JORDÃO DA SILVA
Diretora de Administração e Finanças do SEBRAE/MA

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, São Luís/MA
CEP: 65.076-820; Fone: (98) 3216-6155
CNPJ: 06.053.847/0001-10





CONTRATO Nº. 170/2017 – SEDE

PROCESSO Nº. 2017.1884.1626 –VOL. I a IX

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS DO MARANHÃO - SEBRAE/MA E A EMPRESA
NACIONAL SOLUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME.**

Pelo presente instrumento particular, o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MARANHÃO - SEBRAE/MA**, entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de Serviço Social Autônomo, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n – Jaracaty, São Luís/MA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 06.053.847/0001-10, neste ato representado por Diretor Superintendente, JOÃO BATISTA MARTINS, brasileiro, casado, médico veterinário, portador da C.I. nº 044.273.662.012-0 SSP/MA e CPF nº 329.267.743-20 e por sua Diretora de Administração e Finanças, RACHEL MIRANDA JORDÃO DA SILVA, brasileira, casada, administradora, portadora da C.I. nº 029.180.494-2 e CPF nº 615.264.363-53, ambos residentes e domiciliados em São Luís/MA, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **NACIONAL SOLUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 19.152.814/0001-70, com sede na Avenida Daniel de La Touche, n.º 212, Sala 212, Cond. Via La Touche Center - Bairro Cohama, São Luís/MA, CEP: 65.072-455, neste ato representada por seu sócio **LÍVIO FERREIRA FEITOSA**, brasileiro, solteiro, prestador de serviço, portador da C.I. n.º 205576-4 SSP/PI e CPF n.º 892.673.893-00, residente e domiciliado na Avenida Joaquim Mochel, nº 10 – Cond. Viana – Cohatrac IV, São Luís/MA, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, oriundo de licitação na Modalidade **Pregão Presencial n.º 19/2017, tipo Menor Preço, Valor Global, Processo n.º 2017.1884.1626**, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae, Resolução CDN n.º 213/2011 e Resolução CDN nº 166/2008 e cláusulas e condições estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa de disponibilização de mão-de-obra para desempenho, no âmbito do SEBRAE/MA, de funções de natureza administrativa (apoio administrativo) nos níveis de instrução médio e superior, conforme especificações constantes no quadro abaixo.



Descrição dos Serviços	Tipo de Profissional	Local	Salário base mínimo R\$
01	Auxiliar I - Nível Médio	Sede do SEBRAE/MA e Unidades de Negócios conforme demanda	R\$ 2.100,00
02	Auxiliar II - Nível Superior	Sede do SEBRAE/MA e Unidades de Negócios conforme demanda	R\$ 3.000,00

Descrição dos Serviços	Tipo de Profissional	Local	Quantidade Estimada prevista
Grupo 01	Auxiliar I-Nível Médio	Sede do SEBRAE/MA e Unidades Regionais conforme demanda *	23
Grupo 02	Auxiliar II- Nível Superior	Sede do SEBRAE/MA e Unidades Regionais conforme demanda *	9
Total			32

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Em conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas, constantes no **ANEXO I – Termo de Referência** e Proposta da Contratada, que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição, os serviços serão prestados nas dependências da Sede, das Unidades Regionais – UR's e Núcleos de Atendimento Empresarial – NAE's deste SEBRAE/MA, em todo o Estado do Maranhão.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Serviço por parte do Gestor do contrato, prorrogáveis a critério do SEBRAE/MA, via aditivos, por iguais períodos ou frações, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme prevê o regulamento de licitações e contratos do sistema SEBRAE.

Parágrafo Único – A vigência do contrato se estenderá por mais 60 (sessenta) dias após o fim do prazo de execução.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor global do contrato é **R\$ 2.017.669,44** (dois milhões dezessete mil seiscentos e sessenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

x



Parágrafo Único – A empresa Contratada será remunerada mensalmente obedecendo ao quantitativo de pessoal utilizado/demandado no mês correspondente e, sempre, o valor global do contrato e suas frações; mediante a entrega da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Comprovante do pagamento dos salários de todos os profissionais responsáveis pelos serviços executados para SEBRAE/MA, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.
- b) Regularidade com a Seguridade Social relativa ao mês anterior ao da prestação dos serviços.
- c) Regularidade com o FGTS relativa ao mês anterior ao da prestação dos serviços.
- d) Regularidade com a Fazenda Federal.
- e) Regularidade com a Fazenda Municipal, correspondente ao ISS.
- f) Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Fazenda Estadual.
- g) Comprovantes de pagamento integral das obrigações trabalhistas relativas ao mês da prestação dos serviços, bem como das demais obrigações (férias, décimo terceiro, indenizações trabalhistas etc.) relativos a todos os empregados da Contratada que estejam alocados para a execução do contrato ao SEBRAE/MA.
- h) Comprovantes de recolhimento integral do FGTS dos funcionários e prestação de informações à Previdência Social, através da GFIP relativa ao mês anterior ao da prestação dos serviços relativos a todos os empregados da Contratada que estejam alocados para a execução do contrato ao SEBRAE/MA.
- i) Comprovante de pagamento do 13º salário, quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS

As despesas com o contrato objeto desta licitação serão custeadas conforme recursos consignados no orçamento do SEBRAE/MA, por meio de rateio realizado pelas Unidades demandantes dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS

O valor do contrato poderá ser aditado em até 25% (vinte e cinco) do seu valor inicial, nas hipóteses previstas no art. 30 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

7.1. O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como tributos, despesas com vale-transporte, alimentação dos funcionários, entre outras.

7.2. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

7.3. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do



orçamento a que a proposta se referir, considerando-se como data do orçamento aquela constante do Termo de Referência que estabeleceu a estimativa de valor a ser seguida pelas propostas que serão apresentadas.

7.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciada, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

7.6. A Contratada poderá exercer, perante o SEBRAE/MA, seu direito à repactuação, considerando a anualidade de acordo com o estabelecido no item anterior, considerando para tanto o INPC/IBGE ou outro índice estabelecido de comum acordo entre as partes, cuja alteração seja registrada via Termo Aditivo, ou ainda a utilização de acordos, convenções, ou dissídios coletivos que venham a abarcar os cargos objeto da presente licitação. As repactuações deverão ser solicitadas até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar.

7.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do mesmo.

7.8. As repactuações serão precedidas por solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços de acordo com o índice aplicado.

7.9. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, o que deverá ser comprovado com a cópia do documento legal que lhe deu ensejo.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao Contratante o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo da aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sistema Sebrae, por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Único – A rescisão unilateral deste instrumento, sem que tenha havido justo motivo, deverá



transporte, vale- alimentação, horas- extras e diárias.

17. Comunicar ao setor gestor do contrato todas as ocorrências que possam interferir no andamento regular dos serviços prestados, tais como: licenças, férias, substituições etc, momento em que a Contratada deverá fazer a comunicação para o gestor do contrato.

18. Ser responsável pelos danos a terceiros em decorrência de culpa ou dolo dos seus empregados;

19. Acatar a fiscalização do serviço contratado, feita pelo gestor do contrato, e cuja solicitação atender-se a menor prazo possível;

20. Indicar ao Contratante o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicação ou transmiti-las ao órgão incumbido da fiscalização do contrato;

21. Apresentar anualmente cópia do atestado de saúde Ocupacional (Admissional, periódico, retorno de afastamento e Demissional) dos empregados que prestarem serviços ao SEBRAE/MA;

22. Fornecer aos empregados plano ou seguro privado de assistência a saúde para a prestação de serviços de assistência a saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnostico, terapia e internações para o empregado, sem ônus para o mesmo.

23. Os empregados da Contratada alocados no SEBRAE/MA quando em viagem a serviço receberão diária de viagem, conforme valor estabelecido em instrução normativa do SEBRAE/MA, até dois dias antes da data da viagem;

24. Garantir que as pessoas com acesso a qualquer parte das informações do SEBRAE/MA estejam cientes de sua natureza sigilosa e da obrigação relacionada a este fato;

25. Cumprir e obedecer a Política de Segurança da Informação do SEBRAE/MA;

26. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos e dados manuseados, sendo que a empresa Contratada não deverá, mesmo após o término do contrato, sem consentimento prévio por escrito da SEBRAE-MA, fazer uso de quaisquer documentos ou informações a não ser para fins de execução do contrato;

DO CONTRATANTE:

1. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que fizeram necessárias à execução dos serviços;

2. Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas



no cumprimento deste contrato;

3. Designar funcionário ou equipe para fiscalizar e acompanhar os serviços, zelando pela quantidade do objeto contratual.
4. Realizar entrevista com os profissionais selecionados;
5. Fiscalizar o uso do fardamento e comunicar a Contratada o uso indevido deste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR

A gestão do contrato em questão ficará sob a responsabilidade da Gerente da Unidade de Pessoas – UGP, que poderá delegar competência para um técnico da supracitada Unidade, cabendo a este fiscalizar, sugerir e comunicar a Autoridade Superior eventuais irregularidades, para adoção de providências administrativas e jurídicas pertinentes.

§1º. O Gestor responsável pela fiscalização do Contrato informará à Contratada, mediante comunicação oficial, as irregularidades encontradas para sua imediata correção.

§2º. Persistindo as irregularidades, o Gestor do Contrato deverá submeter à autoridade superior, os seus registros para que sejam adotadas as devidas providências.

§3º. O Gestor responsável, no exercício da fiscalização, exigirá o fiel cumprimento do objeto contratado, avaliando a qualidade e a presteza da execução dos serviços cotados, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências a ele relacionadas e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§4º. O Gestor responsável, no exercício da fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer empregado da Contratada que apresente comportamento incompatível com a prestação dos serviços vinculados ao objeto desta licitação.

§5º. Será da responsabilidade da fiscalização emitir o termo de aceite dos serviços prestados ou recusá-los, motivada e fundamentadamente.

§6º. A Administração do Contratante tomará conhecimento da avaliação e a levará em conta para:

- a) Aquilatar a necessidade de solicitar à Contratada correção que melhorem a qualidade dos serviços prestados;
- b) Decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o contrato;
- c) Fornecer, quando solicitada pela Contratada, declaração, sobre seu desempenho para servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

A Contratada poderá subcontratar parte do objeto contratual com Microempresa – ME ou Empresa de

x

[Handwritten signature]



Pequeno Porte – EPP, apenas para a execução das parcelas atinentes aos serviços de técnicos de áudio e vídeo, limitada a subcontratação a até 30% (trinta por cento) do total do objeto contratado e desde que mantidas suas responsabilidades perante o SEBRAE/MA, sendo vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

§1º. A Contratada submeterá à apreciação da Contratante a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado, informando inclusive a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito, e da inexistência de impedimento da subcontratada em participação de licitações.

§2º. À Contratada caberá a responsabilidade total pela execução dos serviços e cumprimento dos prazos. Igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre o Contratante e as eventuais subcontratadas.

§3º. A subcontratação só será admitida caso a empresa vencedora do certame não esteja enquadrada nas categorias de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

A empresa Contratada ficará sujeita, em caso de inadimplência, às seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por inadimplência, que ensejar a rescisão contratual e suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sistema Sebrae, por prazo não superior a dois anos;

b) Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, na prestação do objeto licitado, ou na apresentação de quaisquer das comprovações requeridas no presente edital e seus anexos, inclusive para fins de pagamento, não ultrapassando a 10% (dez por cento).

§1º. O atraso e a desobediência às determinações do SEBRAE/MA implicarão na aplicação das multas previstas no *caput*.

§2º. As multas serão descontadas dos pagamentos a que a licitante vencedora fizer jus, ou recolhidas diretamente à tesouraria do SEBRAE/MA, no prazo de quinze dias corridos, contados da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

§3º. A prática de ilícitos em quaisquer das fases do procedimento licitatório, o descumprimento de prazos e condições e a inobservância das demais disposições da presente convocação, implicarão na suspensão do direito de licitar e contratar com o Sistema Sebrae por prazo não superior a dois anos.

§4º. Para aplicação das penalidades aqui previstas, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de cinco dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

§5º. A inadimplência da Contratada poderá ensejar: multa, advertência, suspensão do direito de licitar com o Sistema Sebrae, bem como a rescisão contratual.

§6º. As penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE CONTRATO

A Contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento da sua via assinada do Contrato, comprovação da prestação de garantia correspondente a 10% (dez por cento) de seu valor, à sua escolha, que constará de:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Fiança bancária; ou
- c) Seguro garantia.

§1º. A garantia assegurará qualquer seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à Contratada;
- c) Prejuízos diretos causados ao SEBRAE/MA decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

§2º. Não cumprido o prazo acima estipulado será a Contratada declarada inadimplente, ficando sujeita às penalidades previstas no presente instrumento, inclusive rescisão do contrato, podendo o SEBRAE/MA convocar as demais empresas, respeitada a ordem de classificação, para assumir a execução do objeto.

§3º. Caso ocorra a prorrogação da vigência do contrato, observadas as disposições constantes no art. 26, da Resolução CDN nº 213/2011, a Contratada deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

§4º. Sobre a caução prestada em dinheiro incidirá tão somente atualização correspondente ao índice aplicado à caderneta de poupança.

§5º. Caso a modalidade escolhida seja a fiança bancária, esta deverá conter de forma expressa, sob pena de não ser admitida, as seguintes cláusulas:

- a) Prazo de validade, que deverá corresponder ao período mínimo de 12 (doze) meses de

vigência deste Contrato, devendo ser tempestivamente renovado se estendida ou prorrogada essa vigência;

- b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao SEBRAE/MA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- c) Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil, assumindo a condição de devedor solidário;
- d) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste edital, e em caso de prorrogação.

§6º. A inobservância do prazo fixado no item 15.5.1 para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento).

§7º. O atraso superior a 10 (dez) dias úteis autoriza o SEBRAE/MA a promover a retenção dos pagamentos devidos à licitante vencedora, até o limite de 10% (dez por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

§8º. A retenção efetuada (descrita no item anterior) não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à licitante vencedora.

§9º. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multa pecuniária, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do SEBRAE/MA, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente edital.

§10º. Eventual multa somente será aplicada após observados os princípios da ampla defesa e contraditório no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação inicial.

§11º. A garantia será liberada após o perfeito cumprimento do Contrato, assim entendido com a completa execução do objeto contratado e a comprovação pela licitante vencedora do cumprimento de todas as suas obrigações, especialmente as de cunho trabalhista, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do vencimento de sua vigência ou da rescisão do contrato.

§12º. A perda da garantia em favor do SEBRAE/MA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas.

§13º. A qualquer tempo, mediante comunicação ao SEBRAE/MA, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste edital.

§14º. A prestação da garantia estabelecida neste Edital encontra previsão constante do artigo 27 do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos da Lei 12.846/2013 regulamentada pelo Decreto 8.420/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ANEXOS

Constituem parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, o edital de licitação e seus anexos, os documentos relacionados com a fase de habilitação, a proposta apresentada pela Contratada e demais documentos que integram o processo licitatório.

Parágrafo único – Havendo divergência entre as disposições contidas nos documentos referidos no “caput” desta cláusula, de natureza técnica, e as disposições deste contrato, prevalecerão aquelas sobre estas, salvo na ocorrência de erro material, quando serão adotados as providências necessárias às correções.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Contrato está fundamentado no Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão esclarecidos com base no Edital de Licitação e seus anexos, bem como na legislação pertinente em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As partes contraentes elegem o foro da comarca da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em 03 (três) vias de




igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas.

São Luís (MA), 08 de Novembro de 2017.


JOÃO BATISTA MARTINS

Diretor Superintendente do SEBRAE/MA



RACHEL MIRANDA JORDÃO DA SILVA

Diretora de Administração e Finanças do SEBRAE/MA


NACIONAL SOLUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME

Empresa contratada

Testemunhas:

1- 
CPF nº 280.379.103-00

2- 
CPF nº 005.669.173-84





ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ - SEBRAE/PI, Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, com sede na Avenida Campos Sales, 1046, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.665.129/0001-03, nos termos a seguir expostos, atesta, para os devidos fins que a Empresa **NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP**, empresa inscrita no CNPJ nº 19.152.814/0001-70, com Sede na Rua 01, quadra 04, casa 24, Bairro Altos do Calhau, São Luís/MA, faz parte do nosso quadro de fornecedores, prestando mediante o **PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº 11/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 – SEBRAE/PI**, as seguintes funções abaixo descritas:

ITEM	TIPO DE POSTO	QUANTIDADE
1	Técnico operacional nível médio	30
2	Técnico operacional nível superior	04
3	Técnico operacional especializado	20
4	Auxiliar de gestão de nível superior	15
TOTAL		69

Acrescenta-se que, não existem em nossos arquivos, até a presente data, fatos que desabonem a conduta e responsabilidade da empresa com as obrigações assumidas.

Teresina – PI, 22 de Agosto de 2018.


Valéria Moraes de Sousa Ribeiro

Gerente da Unidade de Gestão de Pessoas

SEBRAE

PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº 11/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - SEBRAE/PI
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017

Aos onze dias do mês de dezembro de 2017, o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ - SEBRAE/PI**, Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, à Avenida Campos Sales, 1046, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 06.665.129/0001-03, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seus Diretores Superintendente e Administrativo Financeiro, respectivamente, **MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO**, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de Identidade nº 3728608 expedida pela SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob nº 666.542.704-87, e **ULYSSES GONÇALVES NUNES DE MORAES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 217.308.813-00 e portador da Cédula de Identidade nº 511.177, expedida pela SSP/PI, e as empresas:

1ª Colocada **LOTE I: NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME**, com sede e foro na cidade de São Luís/MA, à Av. Daniel de La Touche, Cond. Via La Touche Center, Sala 212, Bairro Cohajap, Cep: 65.072-455 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.152.814/0001-70, neste ato representada por **LÍVIO FERREIRA FEITOSA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, à Av. Neiva Moreira, 400, Aptº 100, Cond. Gran Parque Calhau, Bairro Calhau, inscrito no CPF/MF sob o nº 892.673.893-00 e portador da Cédula de Identidade nº 205576-4, expedida pela SSP/PI.

1ª Colocada **LOTE II: LIMPSEV LTDA - ME**, com sede e foro na cidade de Teresina/PI, à Rua Epiácio Pessoa, 1079, Bairro Lourival Parente, Cep: 64.023-400 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.194.788/0001-63, neste ato representada por **CARLOS ANTÔNIO DE MOURA FILHO**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, à Rua Visconde da Parnaíba, 2340, Bairro Horto, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.440.843-10 e portador da Cédula de Identidade nº 5.001.700, expedida pela SSP/PI.

RESOLVEM de comum acordo e fundamentado no Pregão Presencial nº 09/2017 LOTES I e II SEBRAE/PI, elaborado com base no Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pela resolução CDN nº 213/2011 de 18 de maio de 2011 e Resolução 168/2008 celebrarem a presente Ata de Registro de Preços, mediante as disposições contidas nas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objetivo da presente ata é o registro de preços destinado a contratações de serviços continuados de apoio administrativo, técnico e operacional às atividades institucionais, serviços esses a serem executados nas dependências do SEBRAE/PI em qualquer ponto do Estado do Piauí, com base nas informações contidas no ANEXO I e II do Termo de Referência do PROCESSO CPL SEBRAE/PI Nº 11/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 LOTES I e II SEBRAE/PI.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Para atender as necessidades imediatas e futuras de serviços de apoio administrativo do SEBRAE/PI, foram identificadas e quantificadas as seguintes funções, que deverão ser contratadas conforme apresentação da demanda, sendo no máximo:

ITEM	TIPO DE POSTO/LOCALIZAÇÃO	QUANT.	VALOR (R\$)		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
1	TÉCNICO OPERACIONAL NÍVEL MÉDIO	30	3.207,13	96.213,85	1.154.566,20
2	TÉCNICO OPERACIONAL NÍVEL SUPERIOR	04	8.132,06	32.528,24	390.338,90
3	TÉCNICO OPERACIONAL	20	6.880,70	137.613,99	1.651.367,83



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046-C - CEP 64000-300 Teresina-PI
Fone: 86 3216.1300 - www.pi.sebrae.com.br

SEBRAE

4	ESPECIALIZADO AUXILIAR DE GESTÃO DE NÍVEL SUPERIOR	15	4.465,15	66.977,26	803.727,07
TOTAL GLOBAL - LOTE I				333.333,33	4.000.000,00

LOTE - II					
ITEM	TIPO DE POSTO/LOCALIZAÇÃO	QUANT.	UNITÁRIO	VALOR (R\$)	
				MENSAL	ANUAL
1	Motorista Veículos Leve (Sede)	8	2.526,63	20.213,04	242.556,48
1.1	Motorista Veículos Leve (Interior)	4	2.452,21	9.808,84	117.706,08
2	Bombeiro Hidráulico	1	2.559,02	2.599,02	31.188,24
3	Eletricista Predial	1	2.938,01	2.938,01	35.256,12
4	Técnico em Soma	2	3.164,92	6.329,84	75.958,08
TOTAL GLOBAL - LOTE II				41.888,75	502.665,00

Parágrafo Único: o valor total registrado (LOTE I + LOTE II) será de R\$ 4.502.665,00 (Quatro milhões, quinhentos e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES NA ÁREA ADMINISTRATIVA

Para atendimento das demandas na área administrativa do SEBRAE/PI a CONTRATADA deverá prestar os seguintes serviços e atividades:

1- Motorista

- Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas;
- Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia comunicando qualquer defeito porventura existe;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- Zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;
- Promover o abastecimento de combustível, Água e óleo;
- Verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzina e indicadores de direção;
- Verificar o grau de densidade e nível de água na bateria, bem como a calibração dos pneus, executar tarefas afins.

2- Técnico operacional nível médio

- Registrar e/ou conferir os dados na tramitação de processos;
- Receber, registrar, tratar e movimentar documentos e processos;
- Receber e encaminhar para as áreas correspondentes, as solicitações de usuários, internos ou externos com geração de relatórios;
- Fazer a triagem, preparação e expedição interna e externa de documentos;
- Fazer a recepção, abertura, fechamento e expedição de malotes;
- Conferir, receber, movimentar e controlar materiais e bens em geral, verificando a documentação correspondente e se correspondem aos pedidos pelos requisitantes;
- Digitar correspondências, tabelas, quadros, relatórios e/ou outros instrumentos pertinentes, visando a sua adequada apresentação.

4 - Técnico operacional nível superior

- Auxiliar no planejamento de atividades diversas e de otimização no uso dos recursos;



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046/G - CEP 64000-300 Teresina-PI
Fone: 66 3216.1300 - www.pi.sebrae.com.br



- b) Compor processos, selecionando e/ou verificando os documentos necessários, efetuando os registros pertinentes, encaminhando-os aos órgãos/setores competentes;
- c) Controlar a tramitação de processos, verificando o cumprimento das diversas etapas;
- d) Colaborar na elaboração de relatórios, tabelas, gráficos e/ou outros instrumentos pertinentes, consultando documentos, colhendo e/ou analisando informações, efetuando cálculos e gerando dados;
- e) Auxiliar na disseminação de informações relativas aos processos em que atua;
- f) Elaborar minutas de documentos conforme demandas de sua área de atuação;
- g) Orientar e prestar informações a colaboradores do SEBRAE/PI em geral, esclarecendo dúvidas, atendendo solicitações e/ou encaminhando documentações quando necessário.

3- Técnico operacional especializado

- a) Redigir minutas de documentos, desenvolvendo assuntos de natureza diversa, com a finalidade de obter e/ou prestar informações;
- b) Analisar correspondências e demais documentos recebidos, selecionando assuntos de sua competência e encaminhando-os para providências dos setores ou pessoas responsáveis;
- c) Pesquisar dados, consultando manuais, listas, catálogos e outras fontes pertinentes, sintetizando-os conforme padrões estabelecidos, objetivando fornecer subsídios ao controle e análise;
- d) Orientar e prestar informações a colaboradores do SEBRAE/PI em geral, esclarecendo dúvidas, atendendo solicitações e/ou encaminhando documentações quando necessário;
- e) Organizar, disponibilizar e/ou manter arquivos, incluindo os arquivos digitais armazenados em hardwares do SEBRAE/PI, no ambiente intranet e/ou internet, dispondo documentos em sequência lógica, visando facilitar a sua conservação, manuseio e utilização;
- f) Utilizar a legislação e as metodologias pertinentes e específicas a cada atividade, objeto da contratação;
- g) Apoiar a administração do atendimento das solicitações de reprodução de documentos/processos solicitados, conforme normas internas;
- h) Realizar levantamentos documentais e bibliográficos para apurar dados qualitativos e quantitativos do acervo do SEBRAE, em âmbito nacional;

4- Auxiliar de Gestão de Nível Superior

- a) Compor processos, selecionando e/ou verificando os documentos necessários, efetuando os registros pertinentes, encaminhando-os aos órgãos/setores competentes;
- b) Controlar a tramitação de processos, verificando o cumprimento das diversas etapas;
- c) Colaborar na elaboração de relatórios, tabelas, gráficos e/ou outros instrumentos pertinentes, consultando documentos, colhendo e/ou analisando informações, efetuando cálculos e gerando dados;
- d) Auxiliar na disseminação de informações relativas aos processos em que atua;
- e) Apoiar a administração do atendimento das solicitações de reprodução de documentos/processos solicitados, conforme normas internas;
- f) Realizar levantamentos documentais e bibliográficos para apurar dados qualitativos e quantitativos do acervo do SEBRAE, em âmbito nacional.

5 - Bombeiro Hidráulico

Executar a limpeza e revisão:

- a) Todo o sistema da rede de água e esgoto;
- b) As caixas de inspeção e de gordura, limpando quando necessário;
- c) A regulação das válvulas de mictórios e vasos em todos os sanitários, torneiras, bombas, válvulas de Descarga, calhas de piso;
- d) Alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- e) A rede de esgoto e caixas externas, desobstruindo e possibilitando o escoamento das águas pluviais;



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046/G - CEP 64000-300 Teresina-PI
Fone: 36 3216.1300 - www.pi.sebrae.com.br



6 – Eletricista Predial

Executar a limpeza e revisão:

- a) Dos quadros elétricos;
- b) Efetuar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias;
- c) Efetuar reaperto dos parafusos das bases soquetes;
- d) Os parafusos de contato das tomadas;
- e) A lubrificação das dobradiças das portas dos quadros de luz;
- f) Atender demandas da área de Serviços Gerais;
- g) Alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- h) Verificar, controlar e acompanhar rotineiramente ou sob demanda da área de Serviços Gerais. O funcionamento do Grupo Gerador, testando-o periodicamente, de acordo com as orientações técnicas da empresa fornecedora do equipamento – STEMAC S.A. Grupos Geradores.

7 – Técnico em som e Vídeo

- a) Operar o sistema de áudio e vídeo do Auditório e salas de treinamentos da Sede do SEBRAE/PI;
- b) Efetuar gravação operando máquinas analógicas e digitais;
- c) Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços;
- d) Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos da área, bem como pela manipulação;
- e) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

Os prepostos indicados pela CONTRATADA deverão possuir disponibilidade para efetuar viagens intermunicipais e interestaduais e eventualmente executar horas extras, inclusive aos finais de semana e feriados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições contidas neste instrumento, a CONTRATADA fica obrigada a:

- a) Prestar os serviços constantes neste Registro de Preço, com exatidão e zelo, atendendo as normas do presente edital e anexos e nos termos da legislação vigente, responsabilizando integralmente pelos serviços contratados;
- b) Selecionar e capacitar os empregados que irão prestar os serviços, assim como registrar suas funções profissionais em suas carteiras de trabalho CTPS;
- c) Substituir em 48 horas a partir da comunicação formal, salvo por motivo justificado a critério do Fiscal do Contrato, aquele cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais e inconvenientes à execução dos serviços ou às normas do SEBRAE/PI;
- d) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Contratante;
- e) Registrar e controlar, juntamente com o preposto da administração, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- f) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas;
- g) Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados em atividade nas suas dependências, comunicando por escrito, qualquer alteração;
- h) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços por seus empregados objeto desta licitação;
- i) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da administração do SEBRAE/PI, cabendo-lhe, ainda, prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
- j) Manter-se durante toda a execução do contrato sua regularidade com todas as obrigações Federais, Estaduais e Municipais, assumidas por ocasião de sua habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal todos os encargos decorrentes, independente do repasse financeiro do SEBRAE/PI.



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046/C - CEP 64000-300 Teresina-PI
Fone: 86 3216.1300 - www.pi.sebrae.com.br



- l) Responsabilizar-se por todas as questões referentes à reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos, indenizações oriundas de erros ou quaisquer prejuízos causados por seus empregados na execução do serviço.
- m) Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato e não utilizar o nome da Contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia.
- n) As normas de segurança constante deste Registro de Preço não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, Federais, Estaduais e Municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência no desenvolvimento dos serviços;
- o) Conceder férias aos seus funcionários dentro do período concessivo sob pena de rescisão contratual, informando com antecedência de 15 dias a Contratante os nomes dos funcionários em férias, assim como, daqueles que irão substituí-los;
- p) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;
- q) Autorizar o Contratante a fazer o desconto na Nota Fiscal e a retenção do pagamento, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- r) Aceitar a qualquer tempo o remanejamento de postos de trabalho para os municípios de atuação do SEBRAE/PI, mediante termo aditivo.
- s) Manter os empregados identificados com crachá próprio quando em trabalho no SEBRAE/PI;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Sem prejuízo das disposições contidas neste instrumento, o SEBRAE/PI fica obrigado a:

- a) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Contratada para que esta possa realizar os serviços dentro do prazo e normas estabelecidas no instrumento de contrato.
- b) Designar empregado na condição de Fiscal para acompanhar a execução do contrato;
- c) Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da contratada que se apresente ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- d) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido no instrumento contratual.
- e) Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço;
- f) Promover a alocação inicial dos postos de trabalho e devidos ajustes;
- g) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- h) Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições constantes do Termo de Referência, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
- i) Solicitar à Contratada e seus prepostos, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

A forma de pagamento será estipulada em contrato elaborado conforme minutas de contrato constantes do Anexo II do Pregão Presencial 09/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA- DOS CUSTOS COM VIAGENS EVENTUAIS

Os profissionais da CONTRATADA poderão ser requisitados pela CONTRATANTE a desenvolverem suas atribuições fora de sua sede, nesses casos haverá deslocamentos e despesas de viagens com hospedagem e alimentação, que serão custeados pela CONTRATANTE, nos termos de Instrução Normativa pertinente ao assunto. Nessas ocorrências o profissional será enquadrado na categoria "contratado" constante na IN 004/06 Revisão 02.

CLÁUSULA OITAVA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas com a execução do presente Contrato correrão por conta de recursos dotados no orçamento anual do SEBRAE/PI, rateados nos projetos/atividades seguintes:



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046/G - CEP 64000-300. Teresina-PI
Fone: 86 3218.1300 - www.pi.sabae.com.br



- a) Atendimento SEBRAE - Regional de Bom Jesus
- b) PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Cerrado Piauiense
- c) Atendimento SEBRAE - Regional de Floriano
- d) PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale dos Rios Piauí/Itaueiras/Canindé
- e) Atendimento SEBRAE - Regional de Parnaíba
- f) PI-Desenvolvimento Econômico Territorial do Litoral Piauiense
- g) PI - Cadeia de Valor da Rota das Emoções - Fase II
- h) Atendimento SEBRAE - Regional de Picos
- i) Crescer no Campo - Apicultura do Sertão no Território do Araripe/Picos
- j) Atendimento SEBRAE - Regional de Piripiri
- k) Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Piripiri/ Região dos Cocais
- l) Atendimento SEBRAE - Regional de São Raimundo Nonato
- m) Crescer no Campo - Apicultura no Território de São Raimundo Nonato
- n) Atendimento SEBRAE - Regional de Teresina
- o) Cadeia de Valor Casa e Construção no Território de Teresina
- p) Crescer no Campo - Piscicultura no Território de Teresina
- q) Desenvolvimento das Empresas Startups no Território de Teresina
- r) Encadeamento Produtivo SEBRAE e Instituto Gerdau - Serralheiros no Território Teresina
- s) Inserção de Pequenos Negócios na Cadeia de Energia Solar Fotovoltaica
- t) PI - Brasil Original
- u) PI - Programa de Educação Empreendedora
- v) PI - Sertão Empreendedor
- w) PI-Desenvolvimento Econômico Territorial - RUBR de Teresina
- x) PNSC - Negócio Certo Rural - NCR-Piauí
- y) Polo de Saúde na Grande Teresina
- z) Polo Gastronômico no Território de Teresina
- aa) Transformadores do Trigo do Território de Teresina
- bb) Gestão de Tecnologia da Informação
- cc) Custeio Administrativo
- dd) Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Sede;
- ee) Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Piripiri;
- ff) Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Picos;
- gg) Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Parnaíba;
- hh) Suporte Operacional Relacionado a Negócios – São Raimundo Nonato;
- ii) Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Floriano.
- jj) Suporte Operacional Relacionado a Negócios – Bom Jesus
- kk) Serviços Gerais e Manutenção Predial Teresina

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A Gestão da Ata de Registro de Preço ficará a cargo da empregada VALÉRIA MORAES DE SOUZA RIBEIRO, que será substituída em ausências previsíveis ou imprevisíveis pelo empregado ANTÔNIO DE PÁDUA EVELIM RODRIGUES.

A fiscalização dos contratos oriundos desta ata, serão definidos, conforme as demandas, sendo o modelo a ser utilizado o Anexo II – Minutas de Contratos, do Pregão 09/2017 – SEBRAE/PI.

CLÁUSULA DÉCIMA – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

Os contratos a serem celebrados terão com base de fiscalização entre outros dispositivos legais o Acordo de Nível de Serviços:

Item	Descrição da Obrigação	Infração por descumprimento
1	Admitir, administrar, coordenar e avaliar, sob sua exclusiva responsabilidade, os profissionais necessários à prestação dos serviços objeto desta contratação.	GRAVE



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046/C - CEP 64000-300 Teresina-PI
Fone: 86 3216.1300 - www.pi.sebrae.com.br

2	Designar formalmente um preposto, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar o contrato, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento, fornecendo ao fiscal do CONTRATO, indicação dos meios de comunicação direta e eficaz com o mesmo.	GRAVE
3	O preposto deverá efetuar todo o gerenciamento dos serviços contratados e a terá a responsabilidade administrativa por todos os profissionais alocados aos serviços que compõem o objeto desta contratação, comprometendo-se a suprir eventuais ausências ou faltas com pessoal de reserva técnica no prazo máximo de 4 horas após a constatação da falta.	MÉDIA
4	Substituir em 48 horas a partir da comunicação formal, salvo por motivo justificado a critério do Fiscal do Contrato, aquele cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais e inconvenientes à execução dos serviços ou às normas do SEBRAE/PI.	GRAVE
5	Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem ao SEBRAE/PI, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e responsabilidade decorrentes.	GRAVE
6	Comunicar ao SEBRAE/PI, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários.	MÉDIA
7	Atender as normas de higiene, medicina e segurança do trabalho durante a execução dos serviços.	GRAVE
8	Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante. Obrigando-se ainda a fornecer no prazo de 2 dias úteis, toda e qualquer comprovação referente a estes, exigida pelo Fiscal do Contrato.	GRAVE
9	Responsabilizar-se pelos encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato.	GRAVE
10	Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho.	GRAVE
11	Não permitir que os seus empregados se pronunciem em nome do SEBRAE/PI.	MÉDIA
12	Manter sob sigilo, não divulgando dados, informações, documentos e processos aos quais tiver acesso em decorrência da execução do serviço.	GRAVE
13	Manter durante a vigência, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e obrigações trabalhistas e previdenciárias.	GRAVE
14	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de obrigações.	LEVE
15	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de obrigações, após reincidência formalmente notificada pelo Agente Fiscalizador.	GRAVE
16	Pagar os salários e entregar os vales-transportes e/ou ticket refeição nas datas previstas na legislação pertinente e acordo Coletivo vigente.	GRAVE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES ESPECÍFICAS

- a) O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio e comunicará à Contratada, através de correspondência protocolada junto ao preposto ou na ausência deste na sede da Contratada, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como o tipo de sanção prevista no Acordo de níveis de serviço constante na cláusula anterior.





- b) A Contratada deverá apresentar defesa, justificando a ocorrência, no prazo máximo de 2 dias úteis após o recebimento da notificação.
- c) O Fiscal do Contrato emitirá parecer acatando ou não a justificativa. Caso a mesma não seja acatada, caberá ao fiscal do contrato encaminhar o processo para a Superintendência do SEBRAE/PI, com exposição de motivos e termo de aplicação de sanção, para ratificação e aplicação da penalidade cabível.
- d) Na aplicação das sanções deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.
- e) O SEBRAE/PI notificará a Contratada por descumprimento de cláusulas contratuais, em conformidade com as condições seguintes:
 - I- As infrações de natureza GRAVE estarão sujeitas à pena de multa de 5% do valor da fatura mensal, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação, no edital e seus anexos. Havendo reincidência da infração, estará sujeita à multa correspondente ao dobro do percentual aplicado anteriormente.
 - II- As infrações de natureza MÉDIA estarão sujeitas à pena de multa de 2% do valor da fatura mensal, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação, no edital e seus anexos. Havendo reincidência da infração, estará sujeita à multa correspondente ao dobro do percentual aplicado anteriormente.
 - III- As infrações de natureza LEVE estarão sujeitas à pena de advertência, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação, no edital e seus anexos. Havendo reincidência da infração de mesma natureza por 3 vezes, estará sujeita à multa no percentual da pena de natureza MÉDIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES GERAIS

A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada, a subcontratação total, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipulados para os serviços objeto desta Ata de Registro de Preço implicarão, conforme o caso, a aplicação das seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa de dez por cento sobre o valor do pedido, no caso de inexecução total;
- III. Multa de dez por cento sobre os valores já pagos à CONTRATADA no caso de inexecução parcial;
- IV. Multa de um por cento do valor do pedido por dia, limitado a dez dias, no caso de atraso na execução, não ultrapassando dez por cento;
- V. Rescisão unilateral do contrato, na hipótese de ocorrer:
 - a) o previsto nos incisos II e III;
 - b) a extrapolção dos dez dias previstos no inciso III, sem prejuízo do pagamento das respectivas multas;
- VI. Multa de dez por cento do valor total atualizado do pedido, sem prejuízo de pagar outras multas que lhe tenham sido aplicadas e de responder por perdas e danos que a rescisão ocasionar ao SEBRAE, no caso de rescisão do Contrato por iniciativa da CONTRATADA, sem justa causa;
- VI. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Sistema SEBRAE, por prazo de até dois anos, a critério do SEBRAE, pela aplicação das penalidades acima.

Parágrafo Primeiro: A falta da comprovação da regularidade fiscal pela CONTRATADA a cada pagamento, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Multa de 1% sobre o valor da parcela paga, após até 3 (três) advertências;
- III. Rescisão unilateral do contrato pelo SEBRAE, após aplicação de até 3 (três) multas.



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046/C - CEP 64000-300 Teresina-PI
Fone: 86 3216.1300 - www.pi.sebrae.com.br



Parágrafo Segundo: As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA fizer jus ou recolhidas diretamente à tesouraria do SEBRAE, no prazo de quinze dias corridos, contados a partir da data da comunicação ou ainda quando for o caso, cobradas judicialmente.

Parágrafo Terceiro: Para a aplicação das penalidades aqui previstas, a CONTRATADA será notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da notificação.

Parágrafo Quarto: As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12(DOZE) meses, iniciando em 11 de dezembro de 2017 com término em 10 de dezembro de 2018, prorrogável, nos termos do Artigo 34 do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, por no máximo 12 (DOZE) meses, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será feito mensalmente no prazo de 15 dias após a entrega dos documentos fiscais relativos, bem como de cópias autenticadas dos comprovantes de quitação dos encargos sociais e trabalhistas dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços e ainda as certidões dentro do prazo de validade, na forma a saber:

- a) Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida Ativa da União;
- c) Certidão Conjunta Negativa e da Dívida Ativa do Município;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão de Situação Fiscal e Tributária da Secretaria de Fazenda do Estado;
- f) Guia de Recolhimento do FGTS dos prepostos;
- g) Guia de Recolhimento da Previdência Social dos prepostos;
- h) SEFIP / GFIP com os empregados prepostos;
- i) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica para fins de comprovação do CNAE;
- j) Declaração que conste a situação de enquadramento ou não enquadramento na Desoneração da Folha de Pagamento (Lei 12.546/11 e Art. 9º. Da IN RFB nº. 1436/2013);
- k) Contra-cheque mensal dos prepostos, devidamente assinado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O Licitante terá seu registro de preços cancelado, quando:

- a) Descumprir as condições assumidas nesta ata, ou qualquer dos contratos dela originados;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, quando este torna-se superior ao praticado no mercado;
- c) Quando, justificadamente, não for mais do interesse do SEBRAE/PI.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ANTICORRUPÇÃO

As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Sistema SEBRAE/PI previsto no art. 2º do seu Regulamento de Licitações e de Contratos.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do Sistema SEBRAE/PI.

Parágrafo Segundo – Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046/G - CEP 64000-300 Teresina-PI
Fone: 86 3216.1300 - www.pi.sebrae.com.br



quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

Parágrafo Terceiro – As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os devedores e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FORO

As partes elegem de comum acordo o foro da Cidade e Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, para resolver questões ou dirimir dúvidas oriundas do presente Contrato.

E por estarem assim ajustados e contratados, assinam-no em 04 (quatro) vias de mesma forma e igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus reais e jurídicos efeitos.

Teresina (PI), 11 de dezembro de 2017.

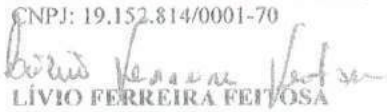
PELO SEBRAE/PI:


MÁRIO JOSÉ LACERDA DE MELO
Diretor Superintendente


ULYSSES GONÇALVES NUNES DE MORAES
Diretor Administrativo Financeiro

EMPRESAS QUE
REGISTRAM PREÇOS

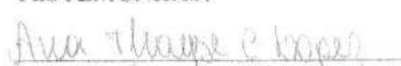
1ª Colocada LOTE I
Razão Social: NACIONAL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ: 19.152.814/0001-70



LÍVIO FERREIRA FEITOSA
Representante Legal

1ª Colocada LOTE II
Razão Social: LIMPSEV LTDA - ME
CNPJ: 07.194.788/0001-63


CARLOS ANTÔNIO DE MOURA FILHO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:


CPF/MF: 643.405.163-88


CPF/MF: 361.777.093-20



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Campos Sales, 1046/C - CEP 64000-300 Teresina-PI
Fone: 86 3216.1300 - www.pi.sebrae.com.br